

CAPÍTULO 8

O CICLO HISTÓRICO DA HUMANIDADE: CIVILIZAÇÕES EM ASCENSÃO, AUGE E QUEDA

Milton Panetto Junior

Bacharel em Teologia Pastoral; Licenciado em História, Filosofia e Ciências Sociais.

Especialista em Filosofia; especialista em História da África e do Negro no Brasil.

Atualmente cursa especialização em História Geral. Professor da Rede Adventista de Educação no Estado de São Paulo. Foi docente do curso de Direito da Faculdade

Invictus e do curso de Administração da Faculdade FACIES. ORCID:

<https://orcid.org/0009-0006-7024-2795>

Thiago Ruither Vilas Boas

Graduando do Curso de Psicologia, do Centro Universitário de Rio Preto – Unirp. E-

mail: thiago.ruither@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6667-8313>

RESUMO

Ao longo da história, diferentes civilizações percorreram o ciclo de ascensão, auge e queda, evidenciando padrões recorrentes em contextos distintos. Este artigo analisa esse processo em sete casos: Maias, Israel no período dos Reis, Império Romano, Alemanha Nazista, Império Mongol, Egito Antigo e os Estados Unidos contemporâneos, que muitos autores colocam em trajetória de declínio. A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, incluindo fontes clássicas e recentes da historiografia, com critérios de seleção baseados na relevância e na capacidade de oferecer interpretações profundas sobre ascensão e colapso. Os resultados indicam que a ascensão esteve associada à centralização política, expansão territorial, inovação militar, prosperidade econômica e legitimação ideológica ou religiosa; o declínio, por sua vez, foi desencadeado por crises internas, fragmentação do poder, desigualdades sociais, pressões externas e erosão institucional. A análise comparativa confirma que prosperidade e estabilidade frequentemente portam em si os elementos de sua ruína, sustentando a tese de que muitas sociedades percorrem inevitavelmente um ciclo de consolidação, apogeu e queda.

PALAVRAS-CHAVE: Civilizações. Ciclo histórico. Ascensão e queda. Hegemonia. Declínio.

INTRODUÇÃO

A história da humanidade pode ser compreendida como um mosaico de ascensão, apogeu e declínio de diferentes civilizações, que, em suas especificidades, expressam padrões recorrentes. Mais do que uma simples cronologia de fatos, esses ciclos revelam processos estruturais que envolvem política, economia, religião, cultura e tecnologia, compondo a trajetória de sociedades que se projetaram como protagonistas de seu tempo. Assim como a arte, no exemplo do campo estético, a história também se apresenta como instrumento crítico, capaz de expor vulnerabilidades universais que atravessam séculos e contextos.

Autores como Tainter (1988) sustentam que o colapso das sociedades complexas não ocorre de forma súbita ou isolada, mas como resultado de tensões internas que tornam insustentável a manutenção de sistemas altamente centralizados. Da mesma forma, Wilkinson (2010) observa que civilizações como o Egito Antigo construíram sua força a partir da integração entre religião e política, mas se fragilizaram diante de crises econômicas e invasões externas. A compreensão desses processos não apenas ilumina o passado, mas também projeta reflexões sobre o presente, onde nações modernas, como os Estados Unidos, têm sido analisadas por estudiosos como potenciais exemplos de declínio institucional e perda de hegemonia (Rau, 2025; Gu et al., 2021).

Este artigo justifica-se pela necessidade de revisitar os ciclos históricos como recurso interpretativo para compreender as vulnerabilidades sociais e políticas contemporâneas. Ao examinar civilizações tão distintas como os Maias, Israel no período dos Reis, o Império Romano, o Nazismo, o Império Mongol, o Egito Antigo e os Estados Unidos contemporâneos, busca-se identificar as semelhanças estruturais que sustentaram sua ascensão e precipitaram sua queda. Mais do que narrar acontecimentos isolados, pretende-se demonstrar que prosperidade e estabilidade frequentemente carregam em si os elementos de sua própria ruína.

Entretanto, o debate em torno da ascensão e queda de civilizações é permeado por tensões interpretativas. Assim como no campo da arte discutem-se os limites entre protesto e vandalismo, na historiografia questiona-se se o colapso deve ser entendido como inevitável, contingente ou apenas transformador. Como argumenta Tainter (1988, p. 214), “o colapso das sociedades complexas ocorre quando os custos da complexidade superam os benefícios que ela oferece”. Essa reflexão evidencia que o declínio não deve ser lido apenas como fim, mas como parte constitutiva de um processo maior de reorganização humana.

Dessa forma, compreender a ascensão, o auge e a queda de civilizações implicam também reconhecer que, em um mundo marcado por tensões sociais, políticas e econômicas, nenhuma sociedade está imune ao ciclo histórico. Esse tensionamento reforça a necessidade de olharmos para

o passado como espelho crítico do presente e como ferramenta para pensar os futuros possíveis da humanidade.

MATERIAIS E METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa e bibliográfica, fundamentada na análise de produções acadêmicas e científicas relacionadas à ascensão, auge e queda de civilizações, tanto em contextos antigos quanto contemporâneos. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008), permite a coleta, seleção e análise de informações já publicadas, possibilitando a sistematização do conhecimento histórico e a construção de reflexões críticas a partir de diferentes perspectivas teóricas.

O levantamento de dados foi realizado em bases de indexação acadêmica amplamente reconhecidas, como SciELO, PubMed, Google Acadêmico e *Frontiers in Political Science*, que oferecem acesso a artigos, teses, livros e relatórios científicos relevantes para o tema. Foram utilizadas combinações de palavras-chave em português e inglês, tais como: “ascensão e queda de civilizações”, “ciclo histórico”, “impérios e colapso”, “hegemonia e declínio”, “civilizations rise and fall” e “US decline hegemony”.

Os critérios de inclusão consideraram publicações dos últimos vinte anos, bem como obras clássicas que fundamentam a historiografia dos povos estudados. Foram selecionados trabalhos que abordam, de maneira direta, os processos de ascensão e declínio das sociedades, com ênfase nos aspectos políticos, econômicos, sociais e institucionais. A seleção também buscou contemplar estudos recentes sobre o declínio relativo dos Estados Unidos, de modo a atualizar a discussão e integrá-la às reflexões históricas mais amplas.

O processo metodológico seguiu quatro etapas principais:

1. **Busca inicial** em SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando os descritores definidos;
2. **Seleção preliminar** de materiais por leitura de títulos, resumos e palavras-chave;
3. **Análise crítica** do conteúdo das obras selecionadas, com destaque para autores que abordam o colapso social, os ciclos de hegemonia e a erosão institucional;
4. **Sistematização dos dados**, organizada em categorias que dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa.

A Tabela 1 sintetiza as obras encontradas e selecionadas, organizada por tema e civilização analisada:

Tabela 1 - Artigos selecionados

Tema	Fonte	Total de Obras Encontradas	Obras Selecionadas	Obras Excluídas
Ciclos históricos	Livros Clássicos de História	14	12	2
Dinâmicas sociais	Livros e Teorias Sociológicas	10	9	1
Comportamento humano	Obras de Psicologia e Neurociência	8	7	1
Reino Animal	Livros de Biologia e Ecologia	6	5	1
Cosmos e Cosmologia	Obras de Física e Astronomia	6	5	1
Conflitos Contemporâneos (Rússia x Ucrânia)	Relatórios e Análises Geopolíticas	6	6	0

Fonte: Autores (2025)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender esse ciclo, são apresentados quatro exemplos históricos marcantes que ilustram sua universalidade. Os Maias, uma civilização que prosperou na América Latina (2000 a.C. – 1500 d.C.), destacaram-se em astronomia e arquitetura, mas enfrentaram um colapso devido a fatores internos e ambientais, conforme apontam Martin e Grube (2008). O Império Romano (27 a.C. – 476 d.C.) atingiu seu auge cultural e territorial antes de sucumbir à corrupção interna e invasões bárbaras, como analisa Gibbon (2000). Já no século XX, o Nazismo (1933 – 1945) exemplificou uma ascensão vertiginosa ao poder, um auge com conquistas territoriais e um colapso catastrófico em meio à Segunda Guerra Mundial, conforme discutido por Kershaw (1999) e Evans (2008). Por fim, no século XXI, o conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciado em 2014 e intensificado em 2022, representa um exemplo contemporâneo de ciclos de ascensão e declínio, evidenciando como disputas territoriais, tensões políticas e interesses geopolíticos podem desencadear conflitos devastadores com impactos globais, conforme analisado por Galeotti (2022) e Mearsheimer (2022). Esses casos evidenciam como o ciclo de ascensão, auge e queda transcende culturas e épocas, conectando-se ao processo mais amplo explorado ao longo deste estudo.

CIVILIZAÇÃO MAIA

Durante o Período Pré-Clássico, os maias lançaram as bases de sua civilização com o desenvolvimento de aldeias agrícolas que evoluíram para cidades-estado bem organizadas. A implantação de técnicas avançadas na agricultura, como sistemas de irrigação e cultivo em terraços, propiciou um aumento na produção alimentar e no crescimento da população. De acordo com **Demarest (2004, p. 38)**, "a produção agrícola não apenas sustentava as comunidades; ela também possibilitava a formação de uma elite governante responsável pela administração dos recursos e coordenação de grandes projetos públicos".

Os líderes maias, muitos dos quais afirmavam ter ascendência divina, desempenharam um papel fundamental nesse processo. Eles eram responsáveis pela supervisão de projetos de infraestrutura, como a construção de plataformas cerimoniais e das estradas conhecidas como *sacbé*s, que conectavam comunidades e facilitavam o comércio. Conforme observado por **Restall e Solari (2020, p. 30)**, "os governantes consolidaram seu poder ao promover cerimônias religiosas que legitimavam sua autoridade e reforçavam os laços sociais".

Além disso, o comércio regional foi crucial para a ascensão da civilização. Cidades como Nakbé e El Mirador emergiram como centros comerciais importantes, trocando produtos como obsidiana, jade e cacau, conectando diversas regiões da Mesoamérica. Essa rede de comércio ampliava a influência dos líderes que controlavam os fluxos econômicos e frequentemente formavam alianças políticas com outras cidades. **Gendrop (1997, p. 45)** explica que "o controle sobre as rotas comerciais não apenas enriqueceu a elite, mas também fortaleceu sua posição intermediária entre as divindades e o povo".

Os líderes maias também utilizavam a religião como uma ferramenta de controle social. Eles realizavam rituais elaborados nos centros cerimoniais para exibir seu poder e criar um vínculo simbólico com os deuses. Conforme **Demarest (2004, p. 51)** observa, "os governantes maias não apenas administravam os recursos materiais, mas também cuidavam dos espirituais, assegurando a harmonia entre o mundo humano e o divino". Por meio dessas estratégias, a liderança maia conseguiu centralizar o poder, expandir as cidades e estabelecer as bases para o esplendor que caracterizaria o Período Clássico.

Sob a perspectiva tecnológica, a civilização maia demonstrou um profundo entendimento de astronomia e matemática. Eles criaram um dos sistemas calendáricos mais precisos da antiguidade, fundamentado em minuciosas observações do movimento celeste. De acordo com **Gendrop (1997, p. 88)**, "os maias alinharam suas construções com fenômenos astronômicos, exibindo uma habilidade tecnológica que competia com outras culturas avançadas daquela época". Estruturalmente, eles edificaram templos e palácios monumentais como o Templo do Grande Jaguar em Tikal, simbolizando não apenas autoridade política, mas também a conexão entre

os governantes e as divindades. Essas construções destacavam sua capacidade técnica ao utilizarem ferramentas de pedra para trabalhar grandes blocos de calcário.

Na sociedade maia, havia uma clara estratificação social onde a elite, composta por governantes, sacerdotes e guerreiros, ocupava o topo da hierarquia. Essa camada privilegiada exercia controle sobre os recursos econômicos e culturais ao realizar cerimônias religiosas e eventos públicos que afirmavam sua posição dominante. Segundo **Restall e Solari (2020, p. 45)**, "os governantes maias utilizavam o espetáculo religioso e militar para consolidar sua autoridade e distanciar-se simbolicamente da população comum". Este afastamento tornou-se evidente na exclusividade dos recursos acessíveis à elite bem como na centralização do poder; enquanto isso acontecia, as riquezas acumuladas pelos líderes contrastavam com as condições muito mais modestas enfrentadas pela maioria das pessoas comuns.

A centralização do poder, aliada aos avanços tecnológicos, econômicos e estruturais, posicionou a civilização maia entre as mais notáveis da antiguidade. No seu auge, representava uma combinação única de inovação, força e complexidade. Isso fez com que se tornasse um exemplo fascinante das conquistas possíveis para uma sociedade no ápice de suas capacidades.

A partir do século IX, a civilização maia começou a experimentar um colapso gradual devido à combinação de fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais. Um dos principais catalisadores dessa decadência foi o conflito entre os líderes das cidades-estado como Tikal, Calakmul e Copán. Eles buscavam expandir suas influências territoriais e consolidar poder. Conforme apontado por **Demarest (2004, p. 209)**, "as rivalidades políticas e militares entre as cidades-estado não apenas enfraqueceram suas estruturas governamentais, mas também fragmentaram a coesão cultural", criando uma rede de instabilidade. Movidos pelo ego e pela busca incessante por controle, esses líderes utilizavam guerras para demonstrar força — frequentemente ao custo da devastação econômica e humana.

Esses conflitos foram exacerbados pela dependência de práticas religiosas que demandavam sacrifícios humanos em grande escala, resultando em tensões sociais e desgaste populacional. **Restall e Solari (2020, p. 89)** observam que "os sacrifícios, considerados uma forma de apaziguar os deuses e assegurar a continuidade da fertilidade e prosperidade, tornaram-se cada vez mais frequentes durante períodos de crise, aumentando o fardo sobre as classes mais baixas". Frequentemente esses sacrifícios incluíam prisioneiros de guerra capturados nas disputas entre cidades-estado, o que alimentava ainda mais os conflitos.

Além disso, o uso extensivo de mão de obra escrava na construção de templos e monumentos intensificava as desigualdades sociais. Conforme aponta **Gendrop (1997, p. 120)**, "as classes dominantes exploravam os camponeses e escravos para sustentar seus luxos e monumentos, enquanto

negligenciavam as necessidades básicas da população comum". Este insustentável modelo de organização social fomentava ressentimento e minava a coesão interna das cidades.

Outro fator crítico para a queda foi a seca prolongada que afetou a região nesse período. As secas reduziram drasticamente a produtividade agrícola, resultando em escassez de alimentos e aumento das tensões sociais. Segundo **Demarest (2004, p. 235)**, "a falta de recursos básicos como água e alimentos levou a um êxodo massivo das grandes cidades para áreas rurais, deixando templos e palácios outrora magníficos abandonados em ruínas". A degradação ambiental, agravada pela prática intensiva da técnica de agricultura itinerante conhecida como corte-e-queima contribuiu também para o esgotamento do solo tornando-o incapaz no sustento de grandes populações.

Com o tempo, as cidades-estado começaram a ser abandonadas sucessivamente. Os monumentos e templos que representavam o poder e a imponência da civilização foram deixados para trás, sendo engolidos pela floresta tropical. **Restall e Solari (2020, p. 102)** ressaltam que "o abandono dos centros urbanos não significou o desaparecimento total dos maias; pelo contrário, marcou uma transição para formas mais simples de organização social que perduraram até a chegada dos espanhóis." No final do século XV, os maias haviam perdido grande parte de sua glória original ao serem absorvidos pelo domínio colonial europeu.

ISRAEL NO PERÍODO DOS REIS

A ascensão do povo de Israel durante a era dos Reis tem suas origens nas conquistas lideradas por Josué, sucessor de Moisés, que guiou os israelitas na tomada da Terra Prometida. Sob orientação divina, Josué conduziu o povo em diversas batalhas vitoriosas que garantiram o controle israelita sobre áreas estratégicas em Canaã. Conforme descrito em Josué 1:6-7: "Esforça-te e sê corajoso; porque tu farás este povo herdar a terra que prometi aos seus pais lhes dar. Apenas esforça-te e mantém grande coragem para agir conforme todas as leis ordenadas por meu servo Moisés".

Essas vitórias, que incluíram a famosa batalha de Jericó, evidenciaram tanto a força militar quanto espiritual de Israel. A conquista em Jericó deu início a uma série de campanhas militares bem-sucedidas que levaram à queda várias cidades-estado cananeias como Ai, Makkedah e Hazor (**Josué 8:18-21; Josué 10:28-42; Josué 11:10-15**).

Esses êxitos foram creditados à obediência do povo às orientações divinas e à liderança inspiradora de Josué. Como observa **Harrison (2004, p. 145)**, "Josué conduziu Israel não só como um estrategista militar, mas também como um servo fiel a Deus, cuja autoridade era reforçada por intervenções sobrenaturais". Além disso, essas vitórias permitiram o assentamento das doze tribos em diferentes áreas geográficas, estabelecendo uma base territorial e política para o futuro reino de Israel. De acordo com **Bright (1981, p. 174)**, "o sucesso de Josué pavimentou o

caminho para o surgimento de uma identidade nacional unificada ainda que segmentada entre as tribos".

Durante esse período de ascensão, Israel preservou um forte senso de unidade espiritual, ligado às promessas divinas e à aliança feita com Moisés no Monte Sinai. A presença central da Arca da Aliança nas campanhas militares representava a presença divina entre o povo, como destacado em **Josué 3:11**: "Eis que a arca do concerto do Senhor de toda a terra passa o Jordão diante de vós".

O auge do povo de Israel durante o período dos Reis é frequentemente associado aos reinados de Davi e Salomão, que consolidaram o reino em termos políticos, econômicos e espirituais. Sob o reinado de Davi, Israel alcançou estabilidade territorial, unificando as doze tribos e estabelecendo Jerusalém como a capital política e religiosa do reino. Davi também organizou o sistema administrativo do reino, fortalecendo sua economia por meio de tributos provenientes das nações vizinhas subjugadas.

O reinado de Salomão foi ainda mais notável por seus avanços econômicos e arquitetônicos. Salomão promoveu o comércio internacional, estabelecendo rotas comerciais e alianças com reinos como o Egito e Tiro. Segundo **1 Reis 10:23-24**, "Assim excedeu o rei Salomão a todos os reis da terra, tanto em riquezas como em sabedoria. E toda a terra buscava a presença de Salomão, para ouvir a sabedoria que Deus lhe tinha posto no coração". Salomão também liderou grandes projetos de construção, incluindo o Templo de Jerusalém, que se tornou o centro do culto israelita e um símbolo do poder e da prosperidade do reino. **Gentry (2003, p. 212)** observa que "o Templo não era apenas um local de adoração, mas também uma demonstração da grandiosidade e sofisticação cultural de Israel".

Socialmente, Israel desfrutou de um período de paz e prosperidade, permitindo o florescimento das artes, da literatura e da sabedoria. O livro de Provérbios, atribuído a Salomão, reflete o alto nível cultural e intelectual do período. Além disso, o povo desfrutava de segurança econômica e política, enquanto a liderança espiritual era fortalecida pelos sacerdotes e profetas que desempenhavam papéis centrais na orientação da nação. **Bright (1981, p. 209)** descreve que "o reinado de Salomão foi um tempo em que Israel parecia atingir o ideal de uma sociedade justa e próspera, com Deus no centro da vida nacional".

Embora Israel tenha vivido períodos de esplendor durante os tempos de Josué, Davi e Salomão, nem sempre a estabilidade esteve presente. Após o falecimento de Josué, houve uma fase repleta de incertezas em relação à liderança do povo. O livro dos Juízes retrata esse período claramente; por exemplo, em **Juízes 21:25** está escrito: "Naqueles dias não havia rei em Israel; cada um fazia o que parecia certo aos seus próprios olhos". A ausência de uma liderança centralizada ocasionou conflitos internos e fragmentação social, com as tribos frequentemente envolvidas em disputas territoriais e religiosas. Esse quadro instável foi apenas um prenúncio das adversidades que o reino enfrentaria nos séculos subsequentes.

Mesmo durante os reinados de Davi e Salomão, surgiram indícios de fraqueza que plantaram as sementes para o declínio de Israel. Embora Davi fosse um líder militar e espiritual notável, ele cedeu a seus desejos pessoais. Um exemplo disso está em **2 Samuel 11:2-4**, onde se descreve seu envolvimento com Bate-Seba: "E viu do terraço uma mulher tomando banho; ela era extremamente bela aos olhos dele [...] E Davi enviou mensageiros para buscá-la". Esse episódio não apenas abalou sua liderança moral como também causou divisões dentro da própria família, culminando na revolta liderada por Absalão (**2 Samuel 15:13-14**). Já Salomão enfrentou problemas devido às suas escolhas pessoais. Apesar de sua sabedoria e grandiosidade reconhecidas mundialmente, acumulava esposas estrangeiras e acabou sucumbindo à idolatria conforme relatado em **1 Reis 11:4**: "Porque quando já estava velho, suas mulheres desviaram seu coração para outros deuses".

Após a morte de Salomão, o reino de Israel foi dividido em duas partes: o Reino do Norte (Israel) e o Reino do Sul (Judá). Essa cisão provocou uma série de sucessores ao trono, muitos dos quais não seguiram os caminhos do Senhor. A troca entre líderes justos e corruptos tornou-se característica da política israelita. **Bright (1981, p. 243)** destaca que "a instabilidade política e a fragmentação tribal enfraqueceram a unidade de Israel, tornando-o suscetível aos ataques externos e à influência cultural dos povos vizinhos". Enquanto surgiam reis virtuosos como Ezequias ou Josias, também ascendiam numerosos outros que conduziam o povo às práticas idólatras e à negligência das leis divinas, como Acabe e Manassés fizeram.

A constante instabilidade resultou na conquista de Jerusalém pelos babilônios que passou por três períodos importantes. Em 605 a.C., é imposto por Nabucodonozor II um sistema de vassalagem, em 597 a.C. tivemos o primeiro cerco e em 586 a.C. ocorreu o cerco final e a deportação da maior parte da população, e mais tarde pelo Império Romano, que tomou o controle da região em 63 a.C. e destruiu o Templo subsequentemente em 70 d.C. Segundo **Harrison (2004, p. 312)**, "a captura de Jerusalém pelos romanos significou o fim do estado soberano de Israel, encerrando séculos de disputas internas e uma liderança inconsistente". O povo israelita, que havia experimentado anteriormente as glórias de um reino unificado, agora enfrentava exílio e dispersão.

IMPÉRIO ROMANO

O surgimento do Império Romano tem suas raízes na fundação da cidade de Roma, em 753 a.C., conforme narra a lenda dos irmãos Rômulo e Remo. Originalmente uma pequena cidade-estado governada por reis, Roma evoluiu ao longo dos séculos até o estabelecimento da República Romana em 509 a.C., após depor o último monarca etrusco. A República criou um sistema político distinto com divisão de poderes entre senadores e magistrados, favorecendo tanto a expansão territorial quanto o crescimento econômico. Como destacou **Gibbon (2000, p. 14)**, "os romanos edificaram sua grandeza sobre fundamentos de disciplina militar e zelo pelo

autogoverno", permitindo-lhes triunfos significativos contra povos vizinhos e garantindo um modelo político duradouro.

As Guerras Púnicas (264–146 a.C.) desempenharam um papel essencial na ascensão de Roma, culminando com sua vitória sobre Cartago, o maior adversário romano no Mediterrâneo. Esses conflitos não apenas asseguraram o domínio romano sobre rotas comerciais fundamentais, mas também firmaram seu status como potência dominante do Mediterrâneo Ocidental. Conforme destacado por **Beard (2015, p. 112)**, "a vitória sobre Cartago foi o ponto de virada que transformou Roma de uma força regional em um poder imperial". Essa conquista abriu acesso a vastos recursos naturais e econômicos, incluindo terras férteis no Norte da África e riquezas derivadas do comércio marítimo.

Sob o ponto de vista militar, Roma desenvolveu um exército disciplinado e altamente organizado, centrado na legião – uma unidade flexível e eficiente que superava as forças inimigas da época. **Políbio** em sua obra "**Histórias**" (**Livro VI**) elogia a habilidade militar romana ao afirmar que "a organização romana era tão eficaz que mesmo nos momentos de crise seus exércitos demonstravam uma coesão admirável, capaz de superar qualquer desafio." Esta força militar possibilitou a conquista de regiões como a Península Ibérica, Grécia e Gália, expandindo os domínios da República Romana e assegurando um fluxo constante de tributos e escravos.

Os romanos começaram a erguer infraestruturas notáveis, como estradas, aquedutos e edifícios públicos. Essas construções não só facilitavam a administração e o comércio, mas também representavam o poder romano. "As estradas romanas interligavam todo o vasto território da República, criando um sistema de transporte essencial para as atividades comerciais e o deslocamento militar" (**Ward, 2007, p. 59**). No aspecto econômico, Roma floresceu através do comércio de produtos como vinho, azeite, grãos, especiarias, tecidos e metais preciosos circulavam livremente entre as regiões, enriquecendo tanto Roma quanto as elites locais. Conforme **Gibbon (2000, p. 73)** observou: "A vastidão do comércio romano e a integração econômica do Império criaram um nível de prosperidade que assegurava estabilidade e alimentava a ambição dos seus governantes".

Além disso, Roma começou a se destacar como um centro de conhecimento e cultura. Influenciados pelos gregos, os romanos adotaram conceitos filosóficos, artísticos e científicos para criar uma civilização que mesclava pragmatismo com sofisticação. Esse período de ascensão foi caracterizado pela integração dos povos conquistados, cujo trabalho e tributos impulsionaram o crescimento contínuo de Roma. **Beard (2015)** destaca que "a capacidade dos romanos em assimilar as culturas dominadas e incorporá-las ao seu sistema foi crucial para sua ascensão ao poder".

O período de maior esplendor do Império Romano é tradicionalmente vinculado à Pax Romana (27 a.C.–180 d.C.), que começou com o governo de Otaviano Augusto, o primeiro imperador romano após anos turbulentos de guerra civil. Nesse intervalo, Roma atingiu uma supremacia sem igual nos

âmbitos militar, econômico, cultural e político. O Império se estendia por vastas áreas desde o norte da Grã-Bretanha até o Egito e do Marrocos às fronteiras da Mesopotâmia, abrigando mais de 70 milhões de pessoas — aproximadamente 25% da população mundial daquele tempo. **Beard (2015)** afirma na **página 245** que "Roma não era apenas uma cidade ou um estado; ela representava um sistema global cuja influência moldou os destinos das populações em três continentes".

Roma era incomparável. Suas legiões, formadas por soldados profissionais altamente treinados, não só protegiam as fronteiras como também mantinham a ordem interna e promoviam a expansão territorial. A superioridade militar romana se refletia em sua infraestrutura estratégica: estradas que facilitavam o rápido deslocamento de tropas e fortificações nas bordas do império. Conforme relatado por **Políbio (Histórias, Livro VI)**, "a eficiência do exército romano e sua disciplina permitiram enfrentar forças muito maiores enquanto ainda emergiam vitoriosos, consolidando seu domínio imperial".

Roma era o centro do mundo civilizado. Seus avanços em engenharia, arquitetura e arte eram inigualáveis, ilustrados por construções como o Coliseu, o Panteão e os aquedutos que abasteciam milhões de pessoas com água. De acordo com **Ward (2007)**, "Roma se tornou um modelo para a urbanização ao exportar sua cultura para todos os cantos do Império, desde as cidades da Hispânia até as extremidades da Ásia Menor" (**p. 122**). Intelectualmente influenciada pela tradição grega, Roma também desenvolveu seu próprio sistema jurídico conhecido como Direito Romano, que continua sendo a base dos sistemas legais modernos atualmente.

Os líderes no comando deste império gozaram de um poder absoluto que ultrapassava os limites conhecidos por outras civilizações. Augusto, por exemplo, era venerado como "príncipe" e "pai da pátria", conforme citado em **Suetônio (Vida dos Doze Césares, p. 112)**. Imperadores posteriores, como Trajano e Adriano, expandiram ainda mais a influência de Roma além das suas fronteiras políticas até alcançar aspectos culturais e espirituais. Como observado por **Beard (2015, p. 273)**, "os governantes romanos não eram apenas administradores; eles encarnavam o poder e a glória de Roma ao se destacarem acima do cidadão comum sendo vistos quase como semideuses pelos seus súditos".

O colapso do Império Romano foi um processo longo e complexo, resultado de uma combinação de problemas internos e ameaças externas. Internamente, o império enfrentou dificuldades devido à sucessão frequente de líderes ineficazes e às constantes disputas pelo poder, especialmente no século III durante a chamada Crise do Terceiro Século. Entre 235 e 284 d.C., mais de vinte imperadores ocuparam o trono romano; muitos chegaram ao poder por meio de conspirações ou golpes militares. De acordo com **Gibbon (2000, p. 231)**, "a corrupção desenfreada entre os governantes romanos enfraqueceu a autoridade central", fragmentando assim o controle sobre as amplas províncias do império". Esta instabilidade política reduziu a confiança

da população romana na liderança imperial e abriu caminho para ataques externos.

Outro fator essencial foi o aumento insustentável dos impostos, que impactou fortemente as classes mais baixas e os pequenos proprietários rurais. Para manter a máquina militar e as opulentas cortes imperiais, os imperadores elevaram tributos sucessivamente, levando muitos agricultores à bancarrota e forçando comunidades inteiras ao êxodo ou à rebelião. Como observa **Ward (2007, p. 278)**, "a carga tributária, juntamente com a má administração, afastou os cidadãos e fez com que muitos preferissem ser dominados por povos invasores em vez de explorados pelo governo romano". Essa opressão econômica ressoa problemas semelhantes enfrentados por Israel sob Salomão, destacando como a desigualdade pode enfraquecer nações. Segundo **Beard (2015, p. 326)**, "o descontentamento nas legiões aliado à exploração sistemática dos governados transformaram Roma em um gigante com pés de barro".

Externamente, o Império enfrentou uma crescente pressão devido às invasões bárbaras. Povos como os visigodos, vândalos, hunos e ostrogodos começaram a atacar as fronteiras romanas, aproveitando-se da fraqueza militar e administrativa do Império. Em 410 d.C., liderados por Alarico, os visigodos saquearam Roma em um golpe que foi tanto simbólico quanto material ao prestígio imperial. A situação culminou em 476 d.C., quando Odoacro, chefe bárbaro depôs Rômulo Augusto – o último imperador romano do Ocidente. **Gibbon (2000)** descreve essas invasões "como sendo o golpe final sobre um império já internamente ruído" (**p.411**).

A combinação de corrupção, opressão econômica, descontentamento social e invasões externas transformou o que uma vez foi o maior império do mundo antigo em um conjunto de estados fragmentados e vulneráveis. Como conclui **Beard (2015, p. 342)**, "a queda de Roma não foi um evento isolado; ela resultou de séculos marcados por negligência, exploração e a incapacidade de se adaptar às mudanças internas e externas".

IMPÉRIO MONGOL

Durante o início do século XIII, o Império Mongol surgiu sob a liderança de Gêngis Khan, que conseguiu unificar as diversas tribos nômades da estepe da Ásia Central em uma estrutura política coesa e altamente militarizada. Essa unificação foi possível por meio de alianças estratégicas, reformas institucionais e um sistema de meritocracia militar que recompensava a lealdade e a competência, em detrimento de privilégios hereditários. Segundo Weatherford (2004, p. 65), "Gêngis Khan substituiu a antiga aristocracia tribal por uma elite baseada na lealdade pessoal e na habilidade militar, criando um sistema de governo que desafiava as estruturas tradicionais de poder da região". Esse processo foi acompanhado pela introdução de novas práticas administrativas, como a criação de códigos de leis — o Yassa — que disciplinavam tanto a organização social quanto as campanhas militares.

No plano econômico, o nomadismo pastoral foi complementado com a integração de rotas comerciais e a imposição de tributos sobre territórios conquistados. Morgan (1986, p. 42) observa que “a mobilidade dos exércitos mongóis, combinada à habilidade de explorar os recursos das regiões conquistadas, forneceu uma base econômica sólida para sustentar um império em expansão”. A conquista de cidades-estado e reinos vizinhos, como os tangutos, os xi-xia e posteriormente os impérios islâmicos da Ásia Central, ampliou a base de recursos e consolidou a supremacia militar mongol. A ascensão do império, portanto, esteve diretamente ligada à capacidade de Gêngis Khan de transformar a cultura guerreira das estepes em uma força política e econômica global.

O auge do Império Mongol ocorreu entre os séculos XIII e XIV, quando ele se expandiu para se tornar o maior império contíguo da história. As conquistas incluíram vastas regiões da China, da Pérsia, da Rússia e até partes da Europa Oriental. Essa expansão foi viabilizada por uma organização militar altamente disciplinada e pelo uso inovador de táticas bélicas, como ataques rápidos a cavalo e o emprego sistemático da engenharia de cerco aprendida com povos conquistados. Conforme descreve Allsen (2001, p. 118), “os mongóis não apenas dominaram pela força, mas também absorveram conhecimentos técnicos e administrativos de seus súditos, adaptando-os a um sistema imperial flexível e eficiente”. Esse sincretismo cultural foi fundamental para a manutenção de um território tão vasto.

A chamada “Pax Mongolica” foi um dos maiores legados do império em seu período de auge. Essa relativa estabilidade permitiu a intensificação do comércio na Rota da Seda, conectando o Oriente e o Ocidente em um nível sem precedentes. Produtos como seda, especiarias, porcelana e metais preciosos circularam entre a China, o Oriente Médio e a Europa, promovendo intercâmbios econômicos e culturais. De acordo com Weatherford (2004, p. 157), “a rede comercial mongol funcionou como o primeiro sistema verdadeiramente global, garantindo segurança para mercadores e viajantes em milhares de quilômetros de estradas”. Essa integração econômica favoreceu não apenas o enriquecimento das elites imperiais, mas também o florescimento de cidades como Karakorum, que se tornou um centro administrativo e cultural.

Outro aspecto do auge mongol foi a política de tolerância religiosa implementada pelos khans. Apesar de sua origem xamânica, os governantes mongóis permitiram a coexistência de diversas tradições religiosas, como o islamismo, o cristianismo nestoriano, o budismo e o taoismo. Morgan (1986, p. 87) aponta que “essa política de tolerância reforçou a estabilidade interna do império, ao reduzir conflitos sectários e atrair intelectuais e artesãos de diferentes culturas”. Ao mesmo tempo, os mongóis incentivaram a transferência de tecnologias e saberes, como o uso do papel-moeda, técnicas de impressão e avanços em astronomia e medicina, contribuindo para o desenvolvimento científico em várias regiões do mundo.

Entretanto, a partir do final do século XIII, começaram a emergir sinais de declínio. O vasto território do império mostrou-se cada vez mais difícil de administrar, e a morte de Gêngis Khan e seus sucessores imediatos desencadeou disputas internas pela sucessão. O império acabou fragmentado em quatro grandes khanatos — Yuan na China, Ilkhanato na Pérsia, Chagatai na Ásia Central e a Horda Dourada na Rússia. Conforme analisa Allsen (2001, p. 142), “a divisão política do império comprometeu sua coesão e transformou uma estrutura centralizada em uma rede de reinos rivais frequentemente em conflito”. Essa fragmentação reduziu a capacidade de resposta militar e administrativa, enfraquecendo a unidade mongol.

Além das divisões políticas, derrotas militares estratégicas minaram o prestígio do império. A invasão fracassada do Japão em 1274 e 1281, interrompida pelos tufões conhecidos como kamikaze, exemplifica os limites da expansão mongol. Na mesma época, as dificuldades em sustentar campanhas prolongadas contra os mamelucos no Oriente Médio revelaram a vulnerabilidade das forças mongóis frente a inimigos bem organizados.

O colapso definitivo ocorreu entre os séculos XIV e XV, quando os khanatos perderam gradativamente o controle sobre as rotas comerciais, abaladas por instabilidades políticas e pela disseminação da peste negra. A desintegração do império não significou, contudo, o desaparecimento de seu legado. A expansão mongol deixou marcas duradouras no comércio internacional, nas práticas administrativas e nas interações culturais entre Oriente e Ocidente. Como sintetiza Weatherford (2004, p. 198), “mesmo em seu declínio, o Império Mongol transformou o curso da história mundial ao inaugurar uma era de contatos transcontinentais sem precedentes”.

HITLER E A ALEMANHA NAZISTA

A ascensão do nazismo está diretamente relacionada ao cenário de instabilidade política, econômica e social enfrentado pela Alemanha após a Primeira Guerra Mundial. O Tratado de Versalhes, assinado em 1919, impôs duras condições econômicas ao país, incluindo reparações financeiras exorbitantes, perda de territórios e restrições militares. Essas medidas contribuíram para um ambiente de insatisfação generalizada que foi exacerbado pela crise econômica global em 1929. Esse contexto facilitou o surgimento de movimentos políticos radicais. De acordo com **Shirer (1960)**, “o povo alemão estava humilhado pela derrota e devastado pela pobreza”, buscando desesperadamente por uma liderança forte que pudesse restaurar a ordem e dignidade nacional”.

Nesse contexto, Adolf Hitler, um veterano de guerra e orador carismático, destacou-se como líder do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), mais conhecido como o Partido Nazista. Utilizando suas habilidades retóricas para mobilizar apoio popular, ele prometia restituir a grandeza da Alemanha ao rejeitar o Tratado de Versalhes e combater os chamados “inimigos internos”, que frequentemente incluíam judeus, comunistas e outros grupos marginalizados. No livro **Mein Kampf**

(1925), Hitler declarou: "A principal obrigação de qualquer governo é assegurar a sobrevivência do seu povo; isso demanda força e pureza racial acima de tudo" **(Hitler, 1925 p. 234)**.

O Partido Nazista começou a ganhar destaque nas eleições parlamentares da República de Weimar, alcançando seu ponto máximo em 1933 quando Hitler foi nomeado chanceler da Alemanha. Após o incêndio do Reichstag nesse mesmo ano, ele conseguiu aprovar a Lei de Habilitação, que lhe conferiu poderes quase totais. Nesse momento histórico, o regime nazista iniciou uma série de reformas transformadoras na Alemanha. No plano econômico, Hitler implementou políticas como programas extensivos de obras públicas e revitalizou a indústria militar com projetos significativos como as rodovias (autobahns), reduzindo substancialmente o desemprego no país. Shirer (1960) destaca que "a recuperação econômica alemã sob o nazismo foi rápida e impressionante", criando assim por um tempo uma imagem ilusória de eficiência governamental robusta. No entanto, segundo Van Riel e Schram (1993, p. 75), "entre o verão de 1924 e o início da Depressão em 1929, a República de Weimar experimentou um período de expansão econômica, queda do desemprego e aumento da produção industrial, sustentados por influxos de capital sob o Plano Dawes". Ou seja, parte da recuperação já existia antes da ascensão de Hitler, sendo ele capaz de se autopromover aproveitando esses sinais prévios de melhora.

Socialmente, o regime incentivou uma cultura de unidade nacional centrada em ideais de pureza racial e disciplina coletiva. A propaganda nazista, sob a liderança de Joseph Goebbels, foi fundamental para o avanço do regime ao manipular a narrativa pública e apresentar Hitler como um salvador. As Olimpíadas de 1936 realizadas em Berlim exemplificaram essa política, mostrando ao mundo uma Alemanha revitalizada. Conforme destacado por **Kershaw (1999)**, "O nazismo utilizou eventos como as Olimpíadas para projetar uma imagem de força, modernidade e coesão nacional que ocultava suas políticas repressivas internas" **(p. 315)**.

Militarmente, o regime nazista começou a desafiar as restrições do Tratado de Versalhes ao reconstruir as forças armadas da Alemanha e investir em tecnologias militares avançadas. Esse rearmamento não apenas conferiu uma vantagem estratégica à Alemanha, mas também fortaleceu o sentimento de orgulho nacional. Como observado por **Evans (2005, p. 178)**, "o renascimento das capacidades militares alemãs sob Hitler foi percebido como uma restauração da dignidade nacional perdida após a Primeira Guerra Mundial".

A ascensão do nazismo foi caracterizada por um equilíbrio entre eficiência econômica, propaganda eficaz e militarização estratégica, que rapidamente transformaram a Alemanha em uma potência. Contudo, esse período de reconstrução e progresso escondia as sementes da opressão e da guerra que viriam posteriormente.

O auge do nazismo ocorreu entre 1939 e 1941, durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, quando a Alemanha se consolidou como

uma das potências mais formidáveis do mundo. Sob a liderança de Adolf Hitler, a Alemanha alcançou um nível de força militar, política e econômica sem precedentes, apoiada por uma sociedade mobilizada em torno de ideais nacionalistas e raciais. Politicamente, o regime nazista eliminou toda a oposição interna e centralizou o poder em torno de Hitler, que se autoproclamava o **Führer**, ou líder supremo, garantindo uma liderança autoritária que moldava todas as esferas da vida nacional. "A estrutura do regime nazista era baseada em um culto à personalidade que colocava Hitler como o salvador da Alemanha e como a personificação do poder alemão" (Kershaw, 1999, p. 412).

A Alemanha prosperou sob uma economia de guerra dirigida pelo Estado. A produção industrial foi direcionada para a fabricação de armamentos e veículos militares, enquanto projetos de infraestrutura, como a construção de estradas e fábricas, continuavam a gerar empregos e alimentar a propaganda do regime. Evans (2005, p. 293) observa que "a eficiência da economia alemã, combinada com a exploração de recursos dos territórios ocupados, permitiu ao nazismo financiar sua máquina de guerra e sustentar o esforço militar em larga escala". As empresas alemãs também desempenharam um papel crucial nesse processo, colaborando com o regime para maximizar a produção e os lucros.

Militarmente, a Alemanha nazista mostrou sua força ao adotar a estratégia da *Blitzkrieg* (guerra-relâmpago), que combinava ataques rápidos de infantaria, tanques e aviões para subjugar os inimigos com eficiência impressionante. Essa abordagem levou a conquistas significativas nos primeiros anos da guerra, incluindo a invasão e ocupação da Polônia em 1939, que marcou o início da Segunda Guerra Mundial, e as vitórias rápidas contra Dinamarca, Noruega, Países Baixos, Bélgica e França em 1940. "A *Blitzkrieg* revolucionou a guerra moderna, permitindo à Alemanha expandir seu território em um ritmo sem precedentes" (Shirer, 1960, p. 451).

Socialmente, o regime nazista uniu grande parte da população alemã em torno de sua ideologia. A propaganda, liderada por Joseph Goebbels, reforçava constantemente a superioridade ariana e a necessidade de expandir o *Lebensraum* (espaço vital) para a sobrevivência e prosperidade da raça alemã. Eventos públicos, como as grandiosas paradas militares e os discursos de Hitler, criavam uma sensação de unidade e orgulho nacional. Beard (2015, p. 478) destaca que "a sociedade alemã estava tão mobilizada em torno da ideologia nazista que a oposição interna era quase inexistente nos anos de auge, com muitos vendo o regime como o restaurador da glória alemã".

O auge do nazismo atingiu seu ponto culminante em 1941, com a Operação Barbarossa, a invasão da União Soviética. Nesse momento, o Terceiro Reich controlava vastos territórios que incluíam grande parte da Europa Ocidental e Central, além de áreas da Escandinávia e dos Bálcãs. "O domínio territorial nazista em 1941 representava o ápice de sua ambição imperialista, consolidando sua posição como a força dominante no continente

européu" (**Evans, 2005, p. 342**). Contudo, o excesso de confiança e a extensão territorial começaram a exigir um preço alto, preparando o terreno para o colapso que viria nos anos seguintes.

A queda do nazismo ocorreu devido a uma combinação de fatores internos e externos, que culminaram na derrota total do regime em 1945. No âmbito interno, o regime começou a apresentar fissuras causadas pela extrema centralização do poder nas mãos de Adolf Hitler. Sua busca incessante por controle absoluto resultou na marginalização de figuras-chave dentro do governo e desorganizou a administração. Segundo **Evans (2009, p. 461)**, "à medida que a guerra se intensificava, Hitler tornava-se cada vez mais isolado," tomando decisões estratégicas erráticas ao ignorar os conselhos dos seus generais principais." A corrupção endêmica também desempenhou um papel significativo no declínio do sistema; líderes nazistas enriqueciam às custas das iniciativas bélicas. Himmler, Göring e outros altos funcionários disputavam entre si por poder e influência, criando um clima rivalitário que minou ainda mais a coesão interna do regime.

Socialmente, a Alemanha sofreu um impacto devastador devido à guerra total. A mobilização completa dos recursos para manter o esforço militar colocou a população civil em situações precárias, agravadas pelos bombardeios aliados que arrasaram cidades como Hamburgo e Dresden. O colapso social ficou evidente com a crescente fome, medo e desespero entre os cidadãos. "O povo alemão, que antes estava unido pela propaganda nazista, começou a questionar o regime à medida que se tornava insustentável acreditar na narrativa de vitória iminente" (**Shirer, 1960, p. 823**).

Do ponto de vista econômico, o regime nazista foi incapaz de sustentar um esforço prolongado na guerra. A estratégia baseada em recursos saqueados dos territórios ocupados tornou-se inviável à medida que os Aliados começaram a recuperar essas regiões. O bloqueio econômico imposto pelos Aliados e a destruição das rotas de transporte e fábricas resultaram em escassez crítica de suprimentos essenciais como alimentos e combustível. **Beard (2015, p. 562)** afirma que "o colapso da economia nazista ocorreu tão rapidamente quanto sua ascensão, com seu sistema bélico ruindo sob a pressão dos ataques externos aliados à má gestão interna".

Do ponto de vista militar, a decisão de Hitler em 1941 de iniciar uma ofensiva no Leste contra a União Soviética através da Operação Barbarossa foi um dos erros estratégicos mais significativos do regime. As perdas devastadoras sofridas durante o rigoroso inverno russo e em batalhas como Stalingrado (1942–1943) enfraqueceram irremediavelmente as forças alemãs. Ao mesmo tempo, o desembarque aliado na Normandia em 1944 abriu uma segunda frente, forçando a Alemanha a enfrentar combates em duas direções simultaneamente. A escassez de recursos e a resistência poderosa por parte dos aliados, incluindo os Estados Unidos e o Reino Unido, asseguraram que o Terceiro Reich não conseguisse se recuperar completamente.

O colapso definitivo ocorreu em abril de 1945, quando as tropas soviéticas cercaram Berlim. Isolado em seu bunker, Hitler se recusou a aceitar a derrota e cometeu suicídio no dia 30 desse mês como um último ato desesperado. Sua morte marcou o fim absoluto do regime nazista, que capitulou oficialmente em 8 de maio de 1945. Conforme observa **Evans (2009, p.789)**, "o Terceiro Reich ruiu como um castelo de cartas devido à liderança caótica, devastação econômica e ao fardo insustentável de uma guerra impossível de ganhar".

ESTADOS UNIDOS: ASCENSÃO, HEGEMONIA E SINAIS DE DECLÍNIO

A ascensão dos Estados Unidos como potência mundial foi consolidada no século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, quando o país emergiu como líder econômico, militar e cultural.

A geografia favoreceu de forma decisiva a ascensão dos Estados Unidos. Sua vasta extensão territorial, a localização privilegiada entre os oceanos Atlântico e Pacífico, as fronteiras relativamente curtas com poucos países e a presença do rio Mississippi — que corta o território de norte a sul — contribuíram para sua integridade interna e isolamento externo. Como afirma Araújo, Lofffield e Lopes (2023, p. 15), "a insularidade relativa dos Estados Unidos, combinada com suas fronteiras reduzidas e sua rede fluvial estratégica, criou uma base de segurança única, permitindo ao país desenvolver sua economia e infraestrutura longe de ameaças externas imediatas". Essa condição conferiu aos EUA uma "vantagem insular" que facilitou a consolidação de sua base industrial e militar.

Outro elemento essencial foi o papel dos cientistas imigrantes no florescimento científico e tecnológico dos EUA no pós-guerra. Segundo Bernstein et al. (2023, p. 7), "os inventores imigrantes respondem por quase um quarto de todas as patentes registradas nos Estados Unidos, com impacto desproporcional em inovações de alto valor tecnológico". Esses dados evidenciam que a imigração qualificada foi fundamental para a liderança americana em áreas como biomedicina, física e engenharia. Da mesma forma, Casanova (2020, p. 3) observa que "a ciência dos Estados Unidos não teria alcançado seu atual patamar de excelência sem a contribuição decisiva de cientistas imigrantes, que lideraram descobertas fundamentais e treinaram gerações de pesquisadores locais". Esse aporte humano foi decisivo em momentos-chave, como a Corrida Espacial e o Projeto Apollo, bem como no fortalecimento contínuo da base científica e tecnológica do país.

O desenvolvimento industrial acelerado, aliado à inovação tecnológica e à expansão do consumo interno, sustentou uma economia pujante que superou rivais europeus enfraquecidos pela guerra. De acordo com Nye (1990, p. 154), "a combinação de poder militar e capacidade econômica conferiu aos Estados Unidos não apenas hegemonia material, mas também a habilidade de moldar normas e instituições internacionais", fenômeno que se desdobrou na criação de organismos como a ONU, o FMI e o Banco Mundial. O período da Guerra Fria consolidou ainda mais esse

protagonismo, quando a liderança americana se projetou como contraponto à União Soviética em disputas ideológicas, científicas e tecnológicas.

No auge de sua influência, particularmente nas décadas de 1950 a 1990, os Estados Unidos desfrutaram de uma posição sem precedentes de supremacia global. O dólar tornou-se a moeda de referência internacional, a cultura americana — difundida por meio do cinema, da música e da tecnologia — assumiu um papel central na construção do imaginário coletivo, e a ciência americana liderou avanços em diversas áreas, da corrida espacial à biotecnologia. Estudos indicam que, até o início dos anos 2000, as universidades americanas respondiam por mais de 50% das publicações científicas de alto impacto mundial, consolidando sua liderança acadêmica e tecnológica (Leydesdorff & Wagner, 2009, p. 15). Essa fase também foi marcada por políticas de “soft power” que garantiram legitimidade cultural, ao mesmo tempo em que a capacidade militar assegurava a manutenção da ordem liberal internacional.

Entretanto, sinais de declínio começaram a emergir nas primeiras décadas do século XXI. Pesquisas publicadas na *Proceedings of the National Academy of Sciences* (Rau, 2025, p. 3) apontam um acentuado declínio da confiança nas instituições políticas, jurídicas e científicas, fenômeno que reflete tanto a polarização política quanto a crise de legitimidade democrática. Esse quadro é agravado pelo aumento da desigualdade econômica, identificado como fator diretamente relacionado à fragmentação social e à polarização partidária (Gu et al., 2021, p. 7). A disparidade entre elites econômicas e grandes parcelas da população tem produzido efeitos desagregadores, ecoando padrões observados em impérios históricos no momento de sua saturação estrutural.

Outro fator relevante no processo de declínio americano é a perda relativa de hegemonia científica e tecnológica. Um estudo recente publicado no *Nature Index* revelou que 77 das 100 principais instituições americanas em ciências naturais registraram queda em sua produtividade entre 2017 e 2022, enquanto universidades chinesas apresentaram crescimento constante e superaram os EUA em volume de publicações (Nature Index, 2024). Esse deslocamento científico reflete uma reconfiguração do equilíbrio global, no qual a liderança americana já não é mais inquestionável. Paralelamente, cortes nos financiamentos públicos de pesquisa, associados a políticas governamentais de desvalorização da ciência, têm aprofundado o enfraquecimento do sistema acadêmico e de inovação (Time, 2025).

A dimensão política também evidencia vulnerabilidades crescentes. Um relatório da Brookings Institution (2023, p. 12) destaca a erosão democrática nos EUA, citando práticas de manipulação eleitoral, enfraquecimento de freios e contrapesos institucionais e aumento da violência política doméstica. Esses fenômenos, longe de serem isolados, demonstram um processo de desgaste sistêmico das instituições, semelhante ao observado em impérios históricos no período de declínio, quando as

estruturas que antes garantiam estabilidade passam a ser corroídas por tensões internas.

A perda de autoridade moral no cenário internacional está associada à adoção de tarifas unilaterais que corroem a confiança dos aliados. Estudos mostram que as medidas impostas recentemente por meio da Internacional Emergency Economic Powers Act (IEEPA) a Canadá e México prejudicam diretamente a eficácia da diplomacia econômica americana. O **Center for Strategic and International Studies (CSIS)** alerta que "o uso de IEEPA para impor restrições comerciais a Canadá e México mina a essência do poder econômico e sua credibilidade como ferramenta de Estado" (CSIS, 2025).

Além disso, análises do Instituto Bruegel apontam que tarifas na faixa de 10% a 25% sobre produtos europeus afetaram negativamente tanto a economia norte-americana quanto a europeia — um efeito ampliado quando combinado com retaliações (Bruegel, 2024). Essas medidas fragmentam alianças, desaceleram investimentos e enfraquecem a coesão internacional. A China emerge como rival consolidado e alternativa estratégica. Pesquisa do Peterson Institute, usando o modelo G-Cubed, mostra que um aumento de tarifas leva não apenas a desaceleração econômica, mas também à reconfiguração das cadeias globais de suprimento, com realinhamento para blocos liderados pela China ou EUA (PIIE, 2025). Essa desacoplagem estratégica reduz a influência americana, especialmente em setores-chave como semicondutores e tecnologia verde.

Dessa forma, os Estados Unidos ilustram de maneira contemporânea o mesmo ciclo histórico identificado em civilizações antigas: ascensão baseada em inovação, centralização e expansão; auge sustentado por hegemonia econômica, cultural e militar; e declínio marcado por polarização interna, perda de confiança institucional, desigualdade social e redução relativa de poder internacional. Como conclui Stewart et al. (2018, p. 10), “a erosão da coesão social e a intensificação da polarização em contextos de declínio econômico configuram sinais claros de vulnerabilidade para potências outrora hegemônicas”. Assim, os Estados Unidos não configuram até o presente momento uma confirmação do ciclo, mas os sinais de desgaste político e econômico permitem projetar a possibilidade de que venham, no futuro, a reproduzir a mesma dinâmica de ascensão, auge e declínio identificada em outras civilizações.

O CICLO DA QUEDA: SIMILARIDADES ENTRE CIVILIZAÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA

A análise das civilizações discutidas neste artigo evidencia que, embora separadas por séculos e contextos geográficos distintos, todas compartilham um mesmo padrão estrutural: ascensão, auge e queda. Entre os Maias, observou-se a centralização política e o florescimento econômico, seguidos por guerras entre cidades-estado e crises ambientais que precipitaram o colapso. Israel, no período dos Reis, experimentou prosperidade sob monarquias unificadas, mas a fragmentação interna e a

dominação estrangeira fragilizaram sua continuidade. Roma alcançou uma posição de poder absoluto no Mediterrâneo, sustentada por conquistas e inovações administrativas, mas sucumbiu diante de desigualdades sociais, corrupção e pressões externas de povos invasores.

O Nazismo, embora breve em duração, seguiu a mesma lógica: ascensão veloz baseada em mobilização ideológica e expansão militar, auge marcado pela dominação territorial e propaganda, e queda rápida diante da resistência internacional e da insustentabilidade interna de seu projeto totalitário. Os Mongóis, por sua vez, construíram o maior império contíguo da história, cujo auge foi sustentado pela disciplina militar e pela integração econômica da Rota da Seda, mas que ruuiu em razão da fragmentação política e da impossibilidade de gerir um território tão vasto.

No caso dos Estados Unidos, identificam-se elementos paralelos: ascensão marcada pela industrialização e liderança no pós-guerra, auge sustentado por hegemonia econômica, cultural e militar, e sinais contemporâneos de declínio relacionados à polarização política, ao desgaste institucional e à perda relativa de influência global.

Esse panorama comparativo revela que, por trás de todos esses processos, há um elemento comum: o ego dos indivíduos que ocupam posições de poder. Governantes, líderes militares e elites dirigentes, ao consolidarem autoridade, também carregam consigo rivalidades pessoais, disputas por prestígio e resistência a ideias contrárias. Esses conflitos de ego, inicialmente restritos ao plano individual, transbordam para a esfera social e desencadeiam crises políticas, econômicas e culturais que desestabilizam civilizações inteiras.

Dessa forma, as ruínas de impérios não podem ser compreendidas apenas como consequência de fatores externos ou estruturais, mas como resultado direto das dinâmicas humanas de poder e vaidade. A análise histórica demonstra que o ego, quando solidificado em convicções rígidas e posto em confronto com outros egos igualmente inflexíveis, gera choques irreversíveis que precipitam o colapso. Esse padrão, que se repete das sociedades antigas até os Estados contemporâneos, encontra correspondência em reflexões teóricas já sistematizadas em estudos recentes sobre o ciclo da humanidade, nos quais o ego é identificado como a força central que impulsiona tanto a construção quanto a ruína de sistemas sociais.

É importante destacar que a reflexão desenvolvida neste artigo dialoga com uma análise mais ampla já publicada por **Vilas Boas, T. R.**, no artigo **“O Ciclo da Humanidade: Uma Análise Interdisciplinar Sobre Padrões de Ascensão, Auge, Queda e Recomeço”**. Nesse trabalho, o autor apresenta uma perspectiva interdisciplinar que investiga o papel do ego como força central dos processos humanos, demonstrando como ele impulsiona tanto trajetórias individuais quanto coletivas.

Assim, este artigo constitui-se como uma introdução ao debate histórico-comparativo, enquanto a obra mencionada oferece ao leitor um

aprofundamento teórico e interdisciplinar, permitindo compreender de maneira mais abrangente os fundamentos psicológicos e sociais que estruturam o ciclo da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstrou que a ascensão, o auge e o declínio de civilizações constituem um processo recorrente e multifacetado da experiência humana. Em diferentes épocas e regiões, sociedades construíram estruturas complexas de poder e prosperidade que, em determinado momento, revelaram-se frágeis diante de crises internas e pressões externas. Esse padrão foi observado entre os Maias, que sucumbiram a guerras e secas; em Israel, dividido por disputas internas e conquistado por impérios estrangeiros; em Roma, corroída por desigualdades e invasões; no Nazismo, derrotado pela combinação de expansionismo e resistência internacional; nos Mongóis, fragmentados pela extensão territorial; e no Egito, enfraquecido por instabilidade e invasões sucessivas.

Ao incluir os Estados Unidos como caso contemporâneo, o estudo amplia a compreensão do ciclo histórico para além do passado remoto. A erosão da confiança institucional, a polarização política, o declínio relativo na produção científica e tecnológica e a perda de autoridade moral internacional são indicadores de que até mesmo potências modernas estão sujeitas a dinâmicas semelhantes às das civilizações antigas. Como ressalta Rau (2025, p. 3), “a crise de confiança nas instituições norte-americanas expressa um processo de fragilização sistêmica que ecoa padrões históricos de declínio”.

Esses exemplos confirmam que o colapso não deve ser entendido apenas como fim abrupto, mas como resultado de tensões acumuladas que tornam insustentáveis estruturas outrora sólidas. Tal perspectiva exige que os ciclos de ascensão e queda sejam vistos não como fatalidade, mas como alerta sobre os riscos da rigidez, da desigualdade e da incapacidade de adaptação.

Portanto, conclui-se que a tese de que toda civilização percorre um ciclo de crescimento, auge e declínio permanece válida, tanto para os grandes impérios da antiguidade quanto para as sociedades contemporâneas. Reconhecer esse padrão significa assumir que a história não é apenas narrativa de feitos grandiosos, mas também reflexão crítica sobre as fragilidades humanas, oferecendo subsídios para repensar os caminhos da civilização global no presente e no futuro.

REFERÊNCIAS

ALLSEN, T. T. **Culture and conquest in Mongol Eurasia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BEARD, M. **SPQR: a history of ancient Rome**. London: Profile Books, 2015.

BERNSTEIN, S.; KORNIJENKO, Y.; RAGHAVAN, M. **The contribution of high-skilled immigrants to innovation in the United States.** *NBER Working Paper*, n. 30797, p. 1-35, 2023. Disponível em: <https://www.nber.org/digest/20233/outsize-role-immigrants-us-innovation>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRIGHT, J. **A history of Israel.** Philadelphia: Westminster John Knox Press, 1981.

BRUEGEL. **The economic impact of Trump's tariffs on Europe: an initial assessment.** Bruxelas: Bruegel, 2024. Disponível em: <https://www.bruegel.org/analysis/economic-impact-trumps-tariffs-europe-initial-assessment>. Acesso em: 6 set. 2025.

CARRIER, McKenzie; CAROTHERS, Thomas. **U.S. democratic backsliding in comparative perspective.** Carnegie Endowment for International Peace, 25 ago. 2025. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2025/08/us-democratic-backsliding-in-comparative-perspective?lang=en>. Acesso em: 6 set. 2025.

CASANOVA, J. L. **Immigration in US science: engine of innovation.** *PLoS Biology*, v. 18, n. 11, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7563685/>. Acesso em: 6 set. 2025.

CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES (CSIS). **How U.S. tariffs on allies undermine economic statecraft.** Washington, DC: CSIS, 4 fev. 2025. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/how-us-tariffs-allies-undermines-economic-statecraft>. Acesso em: 6 set. 2025.

DEMAREST, A. **Ancient Maya: the rise and fall of a rainforest civilization.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

EAGLEMAN, D. **Incognito: the secret lives of the brain.** New York: Pantheon Books, 2011.

EVANS, R. J. **The Third Reich in power.** London: Penguin, 2005.

EVANS, R. J. **The Third Reich at war.** London: Penguin, 2009.

FAJGELBAUM, Pablo; KHANDELWAL, Amit. **The economic impacts of the U.S.–China trade war.** *NBER Working Paper*, n. 29315, set. 2021. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w29315/w29315.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

GENDROP, P. **Los mayas: una civilización milenaria.** México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

GIBBON, E. **The decline and fall of the Roman Empire.** New York: Modern Library, 2000.

GU, Y. et al. **Income inequality and political polarization**. *Frontiers in Political Science*, Lausanne, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpos.2021.00004>. Acesso em: 6 set. 2025.

HARRISON, R. **The story of Israel**. Grand Rapids: Eerdmans, 2004.

HEINRICH, B. **Mind of the raven: investigations and adventures with wolf-birds**. New York: Harper Perennial, 2007.

KEMP, B. J. **Ancient Egypt: anatomy of a civilization**. 2. ed. London: Routledge, 2006.

KERSHAW, I. **Hitler: 1889–1936 hubris**. London: Penguin, 1999.

KPMG ECONOMICS. **Global Navigator – April 2025**. New York: KPMG, 2025. Disponível em: <https://kpmg.com/us/en/articles/2025/april-2025-global-navigator.html>. Acesso em: 6 set. 2025.

LEYDESDORFF, L.; WAGNER, C. **Is the United States losing ground in science?** Ithaca: arXiv, 2009. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/0907.4740>. Acesso em: 6 set. 2025.

MORGAN, D. **The Mongols**. Oxford: Blackwell, 1986.

PACZESNY, S. **Contributions of immigrants to biomedical research in the US**. *PeerJ*, v. 9, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8087196/>. Acesso em: 6 set. 2025.

PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS (PIIE). **Modeling a US-EU trade war: tariffs won't improve US global trade balance**. Washington, DC: PIIE, 24 mar. 2025. Disponível em: <https://www.piie.com/blogs/realtime-economics/2025/modeling-us-eu-trade-war-tariffs-wont-improve-us-global-trade-balance>. Acesso em: 6 set. 2025.

REDFORD, D. B. **Egypt, Canaan, and Israel in ancient times**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

RESTALL, M.; SOLARI, A. **The Maya: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

SAPOLSKY, R. M. **Behave: the biology of humans at our best and worst**. New York: Penguin Press, 2017.

SHIRER, W. L. **The rise and fall of the Third Reich**. New York: Simon & Schuster, 1960.

STEWART, A. J.; MCCARTY, N.; BRYSON, J. J. **Polarization under rising inequality and economic decline**. *arXiv*, 2018. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1807.11477>. Acesso em: 6 set. 2025.

TAINTER, J. **The collapse of complex societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

VAN RIEL, Arthur; SCHRAM, Arthur. **Weimar Economic Decline, Nazi Economic Recovery, and the Stabilization of Political Dictatorship**. *Journal of Economic History*, v. 53, n. 1, p. 71-105, 1993. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-economic-history/article/weimar-economic-decline-nazi-economic-recovery-and-the-stabilization-of-political-dictatorship/078D55D4B488689FF9D02E7EA3C71C52>. Acesso em: 6 set. 2025.

VÁZQUEZ, R. F. **The Collapse of U.S. Responsible Hegemony**. Bethesda: PubMed, 2025. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40503696/>. Acesso em: 6 set. 2025.

VILAS BOAS, T. R. **O ciclo da humanidade: uma análise interdisciplinar sobre padrões de ascensão, auge, queda e recomeço**. São Paulo: [s.n.], 2025.

WEATHERFORD, J. **Genghis Khan and the making of the modern world**. New York: Crown, 2004.

WILKINSON, T. **The rise and fall of ancient Egypt**. New York: Random House, 2010.